



Poder Legislativo do Município da Lapa

Estado do Paraná

ATA NÚMERO DOIS MIL, SETECENTOS E SESSENTA E SEIS (2.766)

Aos vinte e três dias do mês de novembro do ano de dois mil e quatro reuniu-se no Plenário Vereador César Augusto Leoni, o Poder Legislativo Municipal da Lapa, sob a presidência do Vereador Marco Antonio Bortoletto, Secretariado pelos Vereadores: Antonio Luiz C. Cavalini e Osvaldo B. Camargo, presente os Vereadores: Valentina da Luz P. Batista, Adriano Hamerschmidt, José Luiz de Castro, Vilmar C. Fávaro, Sérgio A. Leoni, Elisia Martins, João Renato Leal Afonso, Dirceu R. Ferreira e Alceu Hoffmann.

À Hora Regimental, o Senhor Presidente declarou aberta a Sessão, iniciando com a deliberação da ata anterior, de número 2764 a qual foi aprovada por unanimidade.

Em seqüência, foi feita a leitura, pelo 1º Secretário, da correspondência recebida, onde constou o seguinte: Anteprojeto de Lei nº 15/2003, de autoria do Vereador Osvaldo Benedito Camargo, que denomina de Antonio Bueno Filho a cancha poliesportiva da localidade de São Bento, neste Município. Ofício nº 301/2004, do Executivo Municipal, encaminhando para apreciação o projeto de Lei nº 50, que autoriza o Poder Executivo a ceder ao Colégio Agrícola da Lapa, bens móveis que especifica e dá outras providências. Ofício nº 304/2004, do Executivo Municipal, encaminhando uma via da Lei nº 1818. Ofício nº 302/2004, do Executivo Municipal, em resposta a ofício desta Casa referente ao Código de Obras. Ofício nº 307, do Executivo Municipal, encaminhando substitutivo ao projeto de Lei nº 060/2003, que dispõe sobre o Código Tributário Municipal. Ofício nº 307, do Executivo Municipal, solicitando retirada do projeto de Lei nº 63/2003, que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis do Município da Lapa. Ofício Circular nº 02/2004, da Comissão Organizadora da Semana de Promoção à Saúde e Prevenção ao Uso Abusivo de Drogas, convidando para abertura. Ofício nº 1469/2004, da COPEL, em resposta a indicação do Vereador Sergio Augusto Leoni. Ofício nº 117/2004, do Conselho Municipal de Saúde, solicitando empréstimo das dependências do Plenário. Ofício nº 123/2004, de autoria da Justiça Eleitoral, informando antecipação da cerimônia de diplomação dos eleitos em 2004. Ofício nº 14/04, da ONG Lapamundi, convidando para festividades. Correspondência do Instituto Histórico e Cultural da Lapa, convidando para Domenica Italiana. Comunicados nºs 187633 e 194938/2004, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, comunicando liberação de recursos financeiros. Ofício Circular nº 31/2004, do Poder Legislativo de Campo Mourão, encaminhando requerimento. Convite do 15º GAC-AP, para solenidade alusiva ao Dia da Bandeira. Convite da Prefeitura Municipal para Cerimonial de encerramento dos Jogos Interescolares do Município. Convite do 15º GAC-AP, para solenidade alusiva ao Dia da Padroeira da Artilharia. Convite para o III Seminário Nacional Interlegis. Convite para encerramento do Programa Empreendedor Rural. Boletim Oficial nº 803.

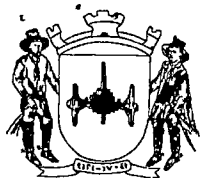
Ainda no Expediente do Dia foi feita, pelo 2º Secretário, a leitura do resumo da correspondência expedida.

Dando início à Ordem do Dia, presente os Vereadores Antonio Luiz C. Cavalini, Osvaldo B. Camargo, Valentina da Luz P. Batista, Adriano Hamerschmidt, José Luiz de Castro, Vilmar C. Favaro, Sérgio A. Leoni, Elisia Martins, João Renato Leal Afonso, Dirceu R. Ferreira e Alceu Hoffmann.

Em 2ª discussão o Anteprojeto de Lei nº 14/2004, de autoria da Comissão Executiva, que acrescenta parágrafos ao artigo 3º, da Lei nº 1774, de 31 de março de 2004, instituindo o cargo de Assessor Parlamentar, cria o cargo comissionado de Assessor Econômico, e altera o seu anexo I.

Livre a palavra para discussão fez uso dela o Vereador José Luiz dizendo que fica contente em ver a população lapeana representada nesta Sessão e preocupada com o destino do Município e com um anteprojeto de lei que estão discutindo e que será votado em

[Assinatura]



Poder Legislativo do Município da Lapa Estado do Paraná

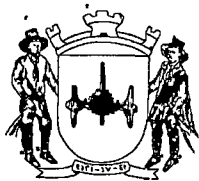
Ata nº 2.766

Fl. 02

segunda discussão. Este projeto em discussão cria cargos de assessor parlamentar e econômico. Votou contra em primeira discussão e votará contra novamente por discordar desta matéria. Justificando seu voto, disse que nesta Casa de Leis existem condições de fazer esse trabalho com pessoal que pode colaborar digitando os projetos, requerimentos e indicações. Nenhum vereador pode dizer que foi prejudicado em sua atuação nesta Casa por falta de assessoria para execução dessa parte prática. A criação de assessor parlamentar que está previsto neste anteprojeto de lei cria nove vagas, sendo um para cada vereador. A questão dessa contratação esbarra em alguns aspectos de espaço e ordem técnica, ou seja, não existe espaço físico para comportar nove pessoas. Já houve problema neste sentido, aonde parte do plenário desta Casa, foi diminuído para que se colocassem setores que eram imprescindíveis ao trabalho deste Poder. Sobre os assessores parlamentares, o anteprojeto não prevê nenhuma qualificação técnica, podendo ser qualquer do povo e o único pré-requisito é o QI, ou seja, a pessoa que indica, que neste caso é o Vereador. Como não há pré-requisitos, analisando esses assessores a nível federal, estadual ou municipal onde já existem assessores, poderá ocorrer a contratação de parentes, não que isso possa ocorrer na Lapa, porém poderá colocar a esposa ou filhos, não precisa comparecer na Câmara e no final de mês recebe o salário. Pode ser também para que alguns políticos que não tiveram seu mandato renovado pelo povo possa vir ocupar algum desses cargos. O prefeito atual tem cargo dentro da Assembléia Legislativa, logicamente que agora está licenciado devido o cargo de prefeito, mas existem esses casos. Outro caso imoral que pode ocorrer é a contratação de uma pessoa por um vereador num valor de trezentos reais, por exemplo, e o restante do valor fica na conta do vereador titular para que ele possa usufruir desse dinheiro politicamente ou até para fundos para a próxima campanha. Na questão da despesa, a Lei diz que os assessores parlamentares o salário inicial é de setecentos e sessenta reais, podendo ter uma gratificação, TIDE – Tempo Integral e Dedicção Exclusiva de até cem por cento. Caso isso ocorra esse valor pode vir a ser dobrado chegando um assessor a ganhar mil quinhentos e vinte reais, multiplicando por nove vereadores, chegaria a treze mil seiscentos e oitenta reais, multiplicando novamente por treze meses, já contando com o décimo terceiro, chegar ao ano um valor de cento e setenta e sete mil, seiscentos e quarenta reais, mais em torno de cinquenta por cento de obrigações sociais daria duzentos e cinquenta e sete mil, multiplicando novamente por quatro anos, daria um milhão e vinte e oito mil reais. É muito dinheiro e ainda não incluindo o cargo de assessor econômico com o salário de mil quatrocentos e sessenta reais mais cem por cento acima chegando num valor de dois mil novecentos e vinte reais, multiplicado por treze mais cinquenta por cento de obrigações pessoas e novamente multiplicado por quatro vai para aproximadamente um milhão e duzentos mil reais. O Senado Federal reduziu o número de cadeira das Câmaras no sentido que esse dinheiro seja mais bem aplicado em favor da população. Vereador não é um semi-Deus nem um mini-rei para ter tantas regalias, mas deve obrigações, deveres e cumprir o que prometem quando se lançam candidatos. Logicamente que eu vereador que tem seu emprego não pode dedicar-se exclusivamente à Câmara, pois se assim fizer perde o emprego, após quatro anos pode perder o mandato ficando desempregado. A comunidade consciente do Município, hoje não quer que se crie esses cargos dentro deste poder, porque a Lapa ainda não tem um orçamento que dê sustentação a isso e se existe esse orçamento nesta Casa, que seja revertido em favor do povo em vários setores que se encontram carentes. Todos sabem que um salário mínimo não dá para sustentar uma família e muitos dependem de ajuda dos setores públicos para sobreviverem. Fez um apelo àqueles vereadores que na Sessão anterior votaram favorável ao projeto que reconsiderem e levem em consideração a opinião pública lapeana.

41

11



Poder Legislativo do Município da Lapa

Estado do Paraná

Ata nº 2.766

Fl. 03

Com a palavra o Vereador Sérgio disse que existe uma locução latina que diz “*vox populis, vox Dei*”, ou seja, “A voz do povo é a voz de Deus”. Confirmou seu voto contra este projeto conscientemente, depois de trinta e cinco anos de vida pública.

Com a palavra o Vereador Alceu disse que votou contra em primeira discussão e continua votando contra, pois foi um vereador que sempre tentou economizar para o Município. Muitas vezes puxou manilhas em seu próprio veículo e fazendo bueiros com as suas próprias mãos para que sobrassem mais verbas para a saúde, estrada, enfim.

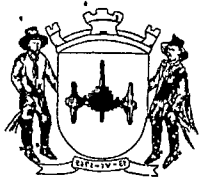
Com a palavra o Vereador Vilmar reafirmou seu voto contrário tendo em vista que na Sessão passada votou contra o projeto por entender que não é o momento para criar o cargo de assessor parlamentar. Sugeriu que deixem esse projeto para janeiro de dois mil e cinco para que a nossa gestão que aqui entre, se achar necessário coloque novamente este projeto em votação. Finalizou dizendo que seu voto será contrário novamente nesta Sessão.

Com a palavra o Vereador Osvaldo iniciou seu pronunciamento pedindo vistas a esse projeto para que o mesmo seja discutido e diluídas dúvidas se forem o caso.

O Presidente Marco Antonio Bortoletto passou a presidência da Sessão a Vice-Presidente Elisia Martins.

Com a palavra o Vereador Marco primeiramente fez uma correção ao Jornal A Folha Lapeana e a Rádio Legendária quando anunciaram seu voto a favor deste projeto. A presidência exerceria o direito de voto, tendo sido este projeto empatado em seis a seis, portanto na Sessão anterior esse Vereador não votou. A Mesa Executiva assinou a entrada deste anteprojeto de lei, porque projetos desta natureza podem ser apresentados pela Mesa Executiva aonde solicitaram aos vereadores que tinham intenção assinassem juntos. Acha salutar uma discussão desta natureza porque nesta Casa já votaram e aprovaram inúmeros projetos com expressão muito maior que o apresentado e infelizmente este plenário se encontrava vazio. Faz um apelo a imprensa lapeana para que dê continuidade a esse tipo de trabalho, pois durante os próximos quatro anos dentro desta Casa poderiam votar nos projetos em função da aceitação ou não do povo lapeano. Afirma que se o projeto empatar realmente não saberá como agir, pois este Vereador gostaria imensamente de ter seu escritório sendo um local alugado, um computador e um veículo aonde esta assessoria poderia visitar comunidades da Lapa, empresários, associações, dissecar anteprojetos de lei que aqui são apresentados, dando uma sustentação maior a pessoa do vereador, porque como já afirmou o Vereador José Luiz, o vereador que tem sua profissão tem que saber dividir seu tempo. Sentiu até um pouco de malícia no pronunciamento do ex-vereador Valério Schmidt quando ressaltou que um vereador não necessita mais de duas horas de trabalho por dia. Sabe que existem vereadores que ficam quase todo tempo aqui, assim como tem vereadores que levam seus projetos para que em casa possam analisá-los, mas todos tiram seu tempo reservado para os trabalhos desta Casa. As despesas com pessoal que a Câmara pode gastar de acordo com a Lei são de cinco vírgula quatro por cento da receita corrente do Município, com patamar de até seis por cento e esta Casa utiliza dois vírgula quatro por cento. É gasto cinquenta, no máximo sessenta por cento dos recursos destinados à Câmara, solicitando apenas e estritamente o necessário. Portanto esta aplicação deste recurso de sobra cabe ao Executivo. Acha de grande importância a discussão deste projeto e o pedido do Vereador Osvaldo quanto ao pedido de vistas possa servir para melhor esclarecimento e se essa votação fosse nesta Sessão e houvesse empate, este vereador como presidente votaria contra em função da imagem que foi passado do legislativo, onde jamais gostaria que fosse dessa forma.

A Vice-Presidente Elisia Martins devolveu a presidência da Sessão ao Presidente Marco Antonio Bortoletto.



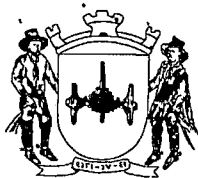
Poder Legislativo do Município da Lapa Estado do Paraná

Ata nº 2.766

Fl. 04

Com a palavra o Vereador Cavalini disse que é de grande importância quando o povo vem até esta Casa de Leis e não manipulado pelo rádio ou por certas pessoas vem até aqui para esmiuçar os projetos que aqui tramitam. Este vereador jurou defender esse povo da Lapa e ainda de cumprir as suas obrigações como vereador eleito dentro desta Casa. Nesta Sessão defende este anteprojeto porque primeiramente vem a questão legal, devem obedecer as Leis se querem ser um bom legislador e autoridade pública, pois se assim não o fizerem estarão sem aval nenhum da comunidade, portanto este anteprojeto é estritamente legal, dentro do que diz a Constituição Federal do Brasil. Essa Casa de Leis devolveu ao Executivo Municipal neste tempo que este vereador se encontra aqui, mais de quatrocentos mil por ano e isso ninguém comentou e além do mais todo esse dinheiro devolvido, o Executivo nunca prestou contas. Dentro do Legislativo da Lapa não se usa telefone celular, os vereadores pagam de seus bolsos, tem o direito de ter um veículo próprio, portanto cada um usa seu carro particular e ainda tem direito a assessoria e nunca teve. Ficou pasmo quando presenciou no gabinete de um Deputado a importância da assessoria, pois em pouco tempo que ali ficou muitos foram os pedidos da população que a assessoria encaminhou sem que atrapalhasse os trabalhos do deputado. Ressaltou também que todos ouviram o pronunciamento do Vereador José Luiz de Castro colocando o discurso do mesmo muito perigos em seu ponto de vista porque jogou tudo no pronome definido. Não pode pensar assim dos empresários, do Prefeito, nem do Presidente da República, pois crê que todos administram da melhor forma dentro de suas lógicas. Esse vereador não joga pelo que será, pois devem ser positivos e corretos com as convicções. Um assessor para cada vereador terá a finalidade de ajudar atender a comunidade que vem atrás do vereador pedindo apoio e isso acontece por estarem vivendo num país deficitário na questão social porque a Constituição de mil novecentos e oitenta e oito tornou este país social, uma constituição paternalista e que à partir dela os conselhos e ações sociais cresceram deliberadamente e não tem governo que tenha orçamento para isto. No me de maio o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva nomeou duas mil e setecentas pessoas e este vereador ligou para a assessoria para se informar das contratações e a resposta foi de que precisam dessas pessoas para cuidar dos programas sociais e ainda lhe disseram que não dá um assessor por cidade, então se calou. Se alguém quiser comprovar sobre a questão social é só ir até a Promoção Social pela manhã e constatar o número de pessoas esperando na fila por um carro para levar até Curitiba e muitos não conseguem condução e para não perder suas condução vem atrás dos vereadores para que possam socorrê-los, o qual não é a função dos vereadores, mas que é a realidade. A obrigação do vereador é apresentar projetos e aprovar leis, fiscalizar as contas do Executivo. Disse também que muitas são as vezes que este vereador vai até Curitiba levar pacientes graves, tendo até que reembolsar dinheiro muitas vezes, mas que não é sua função como vereador, porém o faz por saber que muitas vezes são casos graves e se não fizer a pessoa perece. Lembrou ao Vereador José Luiz que tem um comportamento e etiologia de degradar esta Casa de Leis e dizer que os vereadores vão nomear aqui bandidos que enrolarão o povo e ainda dizer que o próximo presidente, o qual nem sabe quem é vai dar o TIDE de cem por cento aos assessores. Exige respeito, porque o vereador José Luiz foi durante uma no e oito meses Secretário do governo Paulo César Fiates Furiatti e nomeou a maioria dos cargos de comissão desta cidade, e ninguém questionou e ainda não teve a dignidade de mandar nenhum embora a fim de economizar, demonstrando assim o amor pela Lapa. O Prefeito pode nomear cinquenta cargos e o vereador nenhum.

Solicitando um aparte o Vereador José Luiz disse que ninguém em momento algum disse que o projeto é ilegal, mas com toda certeza é imoral. O dinheiro que este Poder devolveu para o Executivo de quatrocentos mil reais por ano não é mais que obrigação



Poder Legislativo do Município da Lapa

Estado do Paraná

Ata nº 2.766

Fl. 05

porque é um dinheiro que pertence ao povo. Disse também querer saber se estão dentro desta Casa para defender ou para ser gigolô do povo, pois se assim for este Vereador não está neste poder para isto, já que ganha para ser vereador quase dois mil e quatrocentos reais, sendo um super salário o qual lhe satisfaz e ainda pensa que isso é muito mais que muita gente merece nesta Casa. Perigoso dizer tudo isso no condicional, mas um valor de mais de um milhão de reais, isso é real, onde será tirado do povo se esses cargos forem criados. O que pode ser feito é colocarem uma emenda retirando a gratificação. Sobre o cargo de secretário que exerceu na Prefeitura, isso só pode ser uma piada, ou o Vereador Cavalini está afirmando que o Prefeito atual é um débil mental que não tem vontade própria e não sabe escolher seus assessores e deixa isso nas mãos dos secretários. Todos os cargos de dentro da Prefeitura são de escolha do Prefeito e este vereador não nomeou ninguém, apenas teve a oportunidade de indicar quatro pessoas ao prefeito e ele aceitou a sugestão, sendo o Senhor Antonio Carlos Pasdiora, Josélia Janz, Adriana Vieira Baggio e Lia Márcia Marim. Essa questão de Secretário não quer atingir pessoalmente ninguém, porém existem pessoas que podem levar outras pessoas para Curitiba com carro e gasolina pública e o Vereador Cavalini é um deles que muitas vezes transportou pessoas com carro do IAP fazendo campanha, onde sabe, viu e pode provar se for aberto um processo. Estão dentro desta Casa para discutir um projeto e aquilo que é a vontade do povo da Lapa e não para ficar atingindo pessoalmente quem quer que seja, pois este Vereador disse em termos genérico, onde poderá ocorrer, assim como já ocorreu em outras cidades e não acusou nenhum vereador desta casa dentro deste projeto. Devem ficar dentro do que é maior, ou seja, o interesse do povo da Lapa que é o projeto que está vinculando dentro desta Casa criando nove cargos de assessores, mais um de assessor econômico dando uma despesa de mais de um milhão de reais que poderá ser revertido para diminuir as filas na previdência, dar mais medicamentos a quem precisa, melhorar as condições das escolas, das estradas, enfim da população da Lapa.

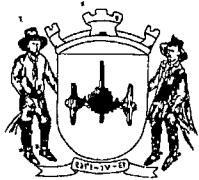
Continuando o Vereador Cavalini a princípio pediu a cópia integral do discurso do Vereador José Luiz. Disse que o Vereador José Luiz está numa posição tranqüila em criticar o projeto, mas quando assumiu a secretaria de serviços gerais, não teve a dignidade de demitir ninguém para o bem do serviço público e pouco fez pela Lapa com todas as secretarias nas mãos e ainda nomeou quatro assessores e os vereadores querem apenas um assessor. Disse também que votaram recentemente o valor do salário dos Vereadores, do Prefeito, vice e dos secretários, o qual o vereador José Luiz foi contra, mas que, no entanto recebe.

Esclarecendo o Presidente Marco disse que se a discussão tomar caráter pessoal será obrigado a cassar a palavra.

Solicitando um aparte o Vereador José Luiz disse que as coisas estão indo para outro caminho, porque estão aqui para discutir um anteprojeto de Lei e não a sua atuação quando secretário. Exerceu esse cargo na Prefeitura porque foi escolhido pelo Prefeito, o qual o Vereador Cavalini também ajudou eleger e ainda acredita que pela escolha do Prefeito é porque este vereador tem algum mérito. Sobre a acusação de que pouco fez pela Lapa, foi secretário durante um ano e sete meses, assumir quatro secretarias e fez um trabalho que na época deve ter sido bom porque ninguém lhe criticou. Quando atuou como secretário nenhuma verba que veio para o Município a fundo perdido foi devolvido. Quanto a ser desonesto em receber o salário de Vereador, não o vê assim, pois todos recebem pelo que fazem. Votou contra o aumento de salário por não achar justo, pois o valor que recebem atualmente é digno fazendo jus ao trabalho desenvolvido nesta Casa. Não é um destes vereadores que se elegem para encher o bolso, mas para trabalhar pelo bem do povo sendo

17

18



Poder Legislativo do Município da Lapa

Estado do Paraná

Ata nº 2.766

Fl. 06

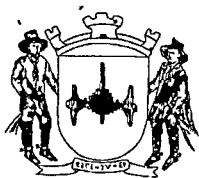
muito diferente. O Vereador Cavalini está tentando mexer com a honra das pessoas, sendo uma vergonha, porque não fez nada que pudesse lhe envergonhar perante sua família e na presença de Deus, já que tudo o que faz nesta Casa é registrado nos anais para que todos possam ver e não está aqui para criar cargos, o qual discorda sendo um direito seu como vereador. Se este anteprojeto for aprovado, com certeza terá a desaprovação da população lapeana. Solicitou também ao vereador Cavalini procure defender os interesses e a qualidade deste projeto sem ataques pessoal a quem quer que seja. Este Vereador não fica pulando de posição para oposição, tem posicionamento reto, transparente e assim o fará até o último dia de sua gestão dentro desta Casa de Leis.

Continuando o Vereador Cavalini disse que querendo atender o povo e cumprir o juramento que fez há quatro anos com a mão na bíblia que está nesta Sessão fazendo a defesa deste anteprojeto de lei. Finalizou fazendo uma promessa ao povo da Lapa, de que se o próximo Prefeito a assumir a Prefeitura tiver a opção de indicar o Vereador José Luiz como secretário, este Vereador terá a honra de pegar o telefone e repassar aos presentes de quantas pessoas ele terá em sua secretaria que foram nomeadas com cargo de comissão e quanto ganhará por mês.

Com a palavra o Vereador Adriano primeiramente ressaltou que o Plenário cheio realmente é algo raro dentro desta Casa. Faziam recentemente o cálculo por alto a média de público que tiveram durante o tempo que exerceram o mandato de Vereador e salvo uma ou outra Sessão, talvez não chega a uma pessoa por Sessão a lhes assistir. Como presidente da Comissão de Economia, Finanças e Orçamento que foi nos anos anteriores cansou de apelar à população para que comparecesse no Plenário desta Casa para que juntos pudessem avaliar as metas fiscais do Poder Executivo da Lapa e o que viam aqui era simplesmente assessore, diretores de departamentos, Secretários e um ou outro representante da sociedade lapeana. Enviavam vários ofícios a entidades de representação da sociedade pedindo manifestação a determinados projetos como o Plano Diretor, Lei de Uso e Ocupação do Solo, Código de Postura, Código Tributário e poucas foram às respostas que obtiveram, o qual ressaltou a resposta que obtiveram por escrito da Associação dos Contabilistas da Lapa quando da possibilidade da discussão do novo Código Tributário em dois mil e três, o qual protocolou nesta Casa, argumentando da questão do tempo e dificuldade em poder se manifestar diante de tão complexa matéria pelo tempo que foi concedido. Disse que começou seu discurso desta forma para dizer que antes que gere antagonismos e uma ou outra pessoa mais exaltada venha a se manifestar, pois o Município da Lapa tem mais ou menos quarenta e três mil habitantes e em torno de trinta e um mil eleitores, aonde seguramente não caberiam nesta Casa, mas para conter os ânimos, esteve analisando a proposta, ouvindo a população lapeana e recebeu seu mandato para representar o povo da Lapa e defender nesta Casa de Leis, assim como faz seus companheiros de Câmara. Novamente faz parte desta Tribuna para parabenizar os vereadores que compõem este poder pelo brilhante trabalho e esplendida contribuição que vêm dando ao Município ao longo deste mandato. Enquanto esteve nesta Casa também rendeu homenagem ao ex-vereador Valério Schmidt, no entanto, tendo em vista uma manifestação desta pessoa, tendo curso superior, o qual legisla em favor da população há longo tempo, não pode nesta condição nem como cidadão tentar desmoralizar o trabalho desta Casa se valendo de desonestidade intelectual. Houve pessoas que nem lhe cumprimentaram quando da sua chegada nesta casa de Leis nesta Sessão, onde está sendo alvejado por manifestações como se este Vereador fosse o autor da matéria. Fez uma gravação na Rádio Legendária a convite do Senhor Cláudio Roberto Pinto para manifestar do ponto de vista financeiro e orçamentário deste projeto. Foram oito Vereadores que assinaram este Anteprojeto de Lei, o qual em Sessão

PM

pl



Poder Legislativo do Município da Lapa Estado do Paraná

Ata nº 2.766

Fl. 07

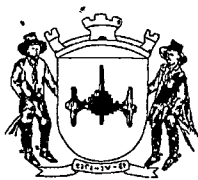
anterior foi aprovado por sete votos favoráveis, sendo que o Presidente não votou. Representa o povo e se o mesmo diz que não quer assessor parlamentar nesta Casa e ainda o alveja por isso é com o povo que vai votar, porém não pode deixar de forma alguma que suas convicções sejam sucumbidas diante destas manifestações. Citou também que foi apontado na rua por alguém que disse que os Vereadores já não fazem nada e ainda querem assessor. O Vereador Cavalini discorreu neste Plenário de coisas que faz que não é obrigação de um vereador fazer. Em termos de trabalho, fez circular durante a campanha eleitoral um boletim contendo parte das realizações deste vereador do trabalho que desenvolveu dentro desta Casa de Leis durante sua gestão e como exemplo citou uma emenda sua que no ano de dois mil e dois gerou ao Município uma economia de mais de um milhão de reais. Como Presidente desta Casa de Leis em dois mil e três observou que os Vereadores que lhe antecederam na presidência numa verdadeira prestação de serviços ao povo da Lapa e respeito aos votos que receberam tanto da população como dos companheiros que o elegeram como presidente que solicitavam ao Executivo somente o que precisam. Existe jurisprudência vasta dizendo que o repasse da Câmara Municipal é todo dia vinte, independente da solicitação, no entanto todo dia cinco é enviado ao Executivo uma solicitação de um montante, assim como já ressaltou o presidente desta Casa, onde poderiam solicitar no ano de dois mil e quatro, em torno de noventa e três mil quinhentos e oitenta reais por mês, porém são necessários em torno de quarenta e oito mil reais mensais. Talvez tenha que haver mais cobrança aos Vereadores e também elogios quando necessários, como exemplo citou o anteprojeto de autoria deste vereador que beneficiou, muitos municípios quanto a energia elétrica gerando grande economia. Não admite que ninguém lhe diga que não faz nada pela Lapa, pois já mostrou seu trabalho dentro desta Casa de Leis, quando o Poder Legislativo da Lapa em dois mil e três, quando foi Presidente economizou quatrocentos e noventa mil reais, valor esse que a Câmara naquele ano deixou de solicitar ao Executivo. Teve grande participação quanto uma emenda sua do abono dos professores. Os vereadores da Lapa custam o que recebem, ou seja, o subsídio do mês.

Solicitando um aparte o Vereador Sérgio disse que essa legislatura está recebendo a metade do que recebiam os vereadores em legislatura passada.

Continuando o Vereador Adriano disse que hoje o Poder Legislativo tem uma estrutura de trabalho que no ano de dois mil e três muito se economizou através de medidas deste vereador. Essa Casa tem toda uma administração, onde a estrutura foi modificada para o bom trabalho de todos. O cargo de assessor econômico parte de uma necessidade que foram sendo observados ao longo dos anos dentro desta Casa, pois muitas vezes houve questões financeiras da própria Lei de Responsabilidade Fiscal, o qual até desafia os presentes, se um Vereador que não tem formação consegue sozinho desenvolver esse trabalho neste poder.

Solicitando um aparte o Vereador Cavalini disse que se tivessem nesta Casa de Leis em legislação anterior um assessor econômico, não teriam tido o problema de prestação de contas que no momento se discute na cidade, pois um assessor econômico dentro desta Casa não deixaria os Vereadores votarem a favor daquele projeto, por questão técnica abriria os olhos dos vereadores. A importância deste cargo é muito grande e não é para brincadeira. Por muitas vezes foi a Curitiba atrás de recursos para o Município da Lapa, foi este Vereador que cadastrou o reflorestamento do Passa-Dois, do Monge e da escarpa devoniana na Secretaria de Meio ambiente o qual faz com que a Lapa receba hoje mais de quarenta mil reais por ano, trazendo receita eternamente para a cidade e ainda tirou o vice-presidente da Global Telecon de dentro de um avião, porque a antena estava embargada trazendo para a Lapa um investimento de um milhão e duzentos mil reais de investimentos.

44



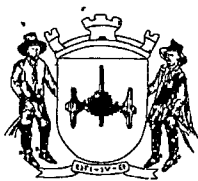
Poder Legislativo do Município da Lapa *Estado do Paraná*

Ata nº 2.766

Fl. 08

Continuando o Vereador Adriano disse que a contabilidade pública muitas vezes acabou até se sobrecarregando, desta forma este cargo de assessor econômico teria esta função e dirimindo questões das próprias demonstrações oriundas da Lei quatro mil trezentos e vinte que diz respeito à contabilidade pública, a Lei de Responsabilidade Fiscal e o relacionamento com o Tribunal de Contas. O vereador tem três funções legais definidas pela Constituição Federal que são elas, a obrigação de criar Leis de sua competência, fiscalizar a execução orçamentária e financeira do Município, controlar as obras e pedir informações. Há muito trabalho dentro desta Casa aos Vereadores, e se houver assessor parlamentar o mesmo poderá atender o público, assessorar as comissões quanto a interpretação dos anteprojetos para que depois possam ir a plenário. Em termos de funções, existe também o mandato da Mesa Executiva evidentemente que hoje a mesma tem uma estrutura de assessoramento, mas o Vereador pode desenvolver três funções dentro desta Casa como Vereador, membro de comissão e membro da Mesa Executiva. A Câmara Municipal deve pensar em termos de regionalização e estratégias propondo Leis que visam a melhoria na qualidade de vida da população e que estejam integradas regionalmente senão não haverá crescimento e desenvolvimento econômico. Devem ver que a base empresarial, educacional e infra-estrutura de certa forma estão sendo preparadas para que este desenvolvimento aconteça. Em termos de ciência e tecnologia hoje existe uma Faculdade na cidade e o esforço é empresarial, mas que o poder público pode e deve fazer parcerias com essas instituições no sentido de discutir o desenvolvimento da cidade. Tendo em vista a polemica que se levantou acredita que todos cumprem seu papel, e antes de qualquer pessoa tomar um posicionamento deve ouvir os dois lados. Não quer de forma alguma se posicionar contrário aos interesses da população e se mesma se levantou comparecendo nesta Sessão quanto aos cargos de assessores, este Vereador votará contra ao anteprojeto.

Com a palavra o Vereador João Renato disse que dos anos que está dentro desta Casa de Leis, foram poucas as vezes que anotou o que acha que deve falar, porém sua história política começou no ano de mil novecentos e oitenta e nove quando foi eleito primeiro suplente e assumiu uma cadeira nesta Casa de Leis e de lá até os dias de hoje foram cinco eleições e todas lograram êxito porque sempre teve uma vida pautada na honestidade e acima de tudo na transparência de seus atos e nunca fez algo de imoral. Demagogia e má fé em razões de seu voto, diz isso porque na legislatura de mil novecentos e noventa e dois a mil novecentos e noventa e seis, na mesma em que o Vereador José Luiz falou que aumentaram o salário dos Vereadores em cem por cento, este Vereador foi um dos que dentro deste Plenário defendeu a tese de aumento e foi o terceiro Vereador mais votado pela população lapeana. A democracia emana do povo, sendo demagogia daqueles que panfletearam a cidade dizendo do absurdo que o vereador iria ganhar dizendo ser um absurdo, vergonha e que iriam quebrar os cofres públicos, no entanto se elegeram, ocuparam o espaço e em momento nenhum viu um centavo sequer de ressarcimento ao erário público, sendo isso demagogia. Visitou nessa sua jornada política e foram raras as casas em que seus eleitores lhe perguntaram sobre o que propôs de Lei na Câmara Municipal da Lapa para melhorar a condição de vida. Tinha muitos argumentos, pois estão nesta Casa imbuídos por um ideal e o acervo legislativo é de dar inveja a muitos legislativos do Estado do Paraná, porém quando as pessoas lhe perguntavam se este vereador se elegesse iria arrumar o remédio quando necessitasse, assim como continuar o atendimento social que presta, respondia que se fosse eleito com certeza continuaria fazendo o que sempre fez, no entanto, isso prova pela votação de mil cento e noventa e oito votos. A discussão desta Sessão é com relação aos assessores desta Casa, porém disse querer saber dos vereadores de quando, que horário e onde atendem os eleitores que o elegeram, pois foi dito que dois mil trezentos



Poder Legislativo do Município da Lapa *Estado do Paraná*

Ata nº 2.766

Fl. 09

e setenta e seis reais é um super salário, mas para uma dedicação exclusiva a uma atividade paralela, tendo que ter assim a moralidade. Quer saber qual foi a postura destes Vereadores quando nesta Casa de Leis que este vereador se levantou sozinho neste plenário dizendo ser uma imoralidade um anteprojeto de Lei oriundo do Executivo Municipal que pedia autorização ao Chefe do Poder Executivo para criar e nomear cargos em comissão por decreto, o qual foi aprovado por esta Casa e não viu nenhuma manifestação da população. Foi comentado neste plenário de funcionários da Assembléia que somente aparecem para receber salários, isso sim é imoral e ilegal e nada é feito com relação a isso diante do Ministério Público, porque falar é muito fácil. É de profunda má fé do Vereador José Luiz, com todo respeito a sua pessoa quando afirmou que se aprovarem este anteprojeto abrirá espaço para que nomeiam parentes para o cargo de assessores, pagando um determinado valor e o resto guardariam para si, sendo a mesma coisa que dissesse para determinada pessoa não entre em sua casa porque vai entrar e roubar. Ressaltou ainda que se não foi isso que o Vereador José Luiz quis dizer, com toda certeza foi o que disse.

Solicitando um aparte o Vereador José Luiz disse que apenas ressaltou que poderá ocorrer e que esses fatos já ocorreram na Assembléia Legislativa quando um lapeano denunciou um deputado na época, Senhor Eduardo Baggio, sendo fato público e notório na cidade, outro fato também do Vereador Custódio de Mello de Curitiba. Se for o caso, então podem melhorar a redação da Lei, criando cargos de assessores, mas através de concurso público.

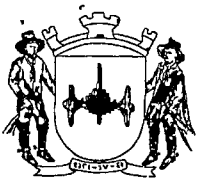
Continuando o Vereador João Renato disse que estão discutindo um anteprojeto que cria assessores legislativos para os nove futuros vereadores, não estão aqui criando cargos para outras cidades. O Vereador José Luiz está denegrindo a imagem desse Poder Legislativo com essas palavras.

Solicitando um aparte o Vereador Cavalini disse que se o Vereador José Luiz quisesse poderia ter feito alguma emenda, pois teve duas semanas para isso.

Continuando o Vereador João Renato disse que este projeto está tramitando na Casa há quinze dias e a discussão há mais de um mês e uma das prerrogativas dos vereadores é de que quando verem um projeto bom, porém com algumas falhas, propor emendas.

Solicitando um aparte o Vereador Sérgio disse que estão divagando sobre a verdadeira finalidade do projeto e este Vereador poderia ter apresentado emenda e simplesmente não apresentou porque o projeto não está num momento bom sob todos os aspectos. Na sua opinião devem deixar para que os futuros vereadores decidam ou em deliberação do plenário que é o acredita acontecer ainda nesta Sessão.

Continuando o Vereador João Renato disse que concorda com o Vereador Sérgio e ainda o parabenizou pela postura, pois sempre se posicionou contra, porém em momento nenhum tentou denegrir a imagem do Poder Legislativo ou de qualquer vereador. A Lapa tem dois mil e trezentos metros quadrados, é o sexto maior município dos trezentos e noventa e nove municípios do Estado do Paraná e com mais de quarenta mil habitantes. São vereadores do Município, pois não foi ainda aprovado o voto distrital, onde o Vereador é de um determinado local e este vereador desde sua primeira legislatura quando assumiu, como meta de honestidade e respeito a seus eleitores que toda segunda e sexta-feira atende dentro desta Casa de Leis, nas quintas-feiras atende em seu escritório na comunidade do Canoeiro, nas terças-feiras tem as reuniões na Câmara, mas não é para divagar assunto que não conhece, pois existe um estudo dos projetos e reuniões de comissão e nas quartas-feiras este vereador tira para sair às comunidades ou outras cidades atendendo aos eleitores. Paralelamente a isso encaixa dentro deste tempo atenção a sua família e à sua empresa. Faz isso por simples questão de respeito a sua pessoa e ao eleitor e a continuidade de um



Poder Legislativo do Município da Lapa Estado do Paraná

Ata nº 2.766

Fl. 10

trabalho de seu pai que começou na vida pública em mil novecentos e setenta e dois, o qual sua família nunca perdeu uma eleição porque seu pensamento é embasado nos princípios da legalidade e da transparência, porque nunca fez nada às escuras e em fatos escusos como muitos fazem e depois pousam de cordeiros. Com relação ao assessor parlamentar, iria ajudar muito o trabalho em prol da comunidade, se aprovado seu assessor irá atender a todos diariamente. Encerrou com um pensamento "Os vereadores valem o que ganham ou valem o que fazem". Vota favorável ao projeto.

Com a palavra a Vereadora Valentina disse que gostaria que a população lapeana, principalmente a imprensa continuasse no decorrer desses quatro anos ao assumir o novo prefeito participando da forma que estão vendo nessa questão da criação dos cargos, porque durante os quatro anos que participou dos trabalhos desta Casa, a impressão que se tinha é que sequer existia o Poder Legislativo. Quanto a criação desses cargos comissionados de assessores econômicos, jurídicos e parlamentar, não vai sucumbir as suas convicções. Pode ouvir o posicionamento de todos os vereadores, os quais respeita, o qual estão não somente na Casa do povo, mas da democracia, onde ouviram as opiniões, questionamentos e por direito legítimo emitiram seus posicionamentos através do voto. Continua com a mesma posição, não vai fazer uso do cargo e não foi candidata a reeleição por opção. Tem escritório na rua Otília Marcassi cento e dezoito, onde está a disposição de todos os lapeanos e pelo fato de não ser vereadora daqui para frente não quer dizer que não poderá ajudar a população lapeana no que lhe couber. É educadora na cidade da Lapa há quase quarenta anos, respeita e quer ser respeitada e como voto de confiança a seus companheiros desta Casa de Leis que foram reeleitos e que aprendeu a conviver e respeitar, seu voto será favorável a criação desses cargos.

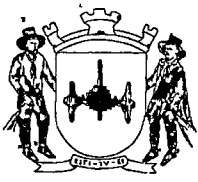
Com a palavra o Vereador Dirceu disse que não esteve presente em Sessão passada, mas assinou favorável para que este anteprojeto fosse apresentado nesta Casa de Leis, porém analisando melhor nesta Sessão votará contra. Justifica dizendo que por muitas vezes trouxe pessoas até a cidade da Lapa a procura de atendimentos médicos e que poderá continuar fazendo, pois com a economia que farão, o futuro prefeito juntamente com esta Casa de Leis, poderão investir essa verba, em auxílio nas comunidades no setor da saúde, educação e estradas. No momento podem trabalhar sem esses assessores e quem sabe futuramente possam aprovar este projeto para melhor desenvolvimento do Município.

Esclarecendo o Presidente Marco disse que fica contente com a discussão apesar dos ataques pessoais, porque estão presenciando o verdadeiro trabalho deste poder.

Havendo requerimento verbal do Vereador Osvaldo B. Camargo pedindo vistas por sete dias ao Anteprojeto de Lei nº 14/2004, de autoria da Comissão Executiva, que acrescenta parágrafos ao artigo 3º, da Lei nº 1774, de 31 de março de 2004, instituindo o cargo de Assessor Parlamentar, cria o cargo comissionado de Assessor Econômico, e altera o seu anexo I, foi o mesmo colocado em votação sendo rejeitado por sete votos dos vereadores Adriano Hamerschmidt, Elisia Martins, Sérgio Leoni, Alceu Hoffmann, Vilmar Fávaro, José Luiz de Castro e Dirceu Ferreira, contra quatro dos Vereadores João Renato Afonso, Antonio Luiz Carlos Cavalini, Valentina da L. P. Batista e Osvaldo B. Camargo.

Sendo rejeitado o pedido de vista, passou-se imediatamente para 2ª votação o Anteprojeto de Lei nº 14/2004, que acrescenta parágrafos ao artigo 3º, da Lei nº 1774, de 31 de março de 2004, instituindo o cargo de Assessor Parlamentar, cria o cargo comissionado de Assessor Econômico, e altera o seu anexo I, sendo rejeitado por sete votos dos Vereadores Adriano Hamerschmidt, Elisia Martins, Sérgio Leoni, Alceu Hoffmann, Vilmar Fávaro, José Luiz de Castro e Dirceu Ferreira, contra quatro dos Vereadores João Renato Afonso, Antonio Luiz Carlos Cavalini, Valentina Batista e Osvaldo Camargo.

11



Poder Legislativo do Município da Lapa

Estado do Paraná

Ata nº 2.766

Fl. 11

Justificando seu voto o Vereador Adriano consolidando o entendimento disse que muitas vezes vivem o drama de estar entre a cruz e a espada e ainda corre o risco de alguém de alguma forma dizer que não manteve o posicionamento e que fraquejou. Mantém todas as suas convicções técnicas e de confiança aos novos vereadores, mas como foi eleito pelo povo se deu o direito de rever seu posicionamento diante de compromissos que assumiu com pessoas enquadradas entre os quinhentos e vinte e cinco eleitores, para que votasse contra este projeto para consignar a vontade da população. Finalizou dizendo do respeito e consideração que devem ter os Vereadores até o último dia de mandato desta gestão.

Em 2ª discussão o anteprojeto de Lei nº 42, de autoria do Executivo Municipal, que altera o anexo I – Parâmetros de Uso e Ocupação do Solo, da Lei nº 1763, de 29.12.03.

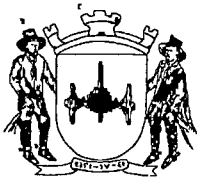
Livre a palavra para discussão e ninguém querendo fazer uso da mesma foi o anteprojeto de Lei nº 42, de autoria do Executivo Municipal, que altera o anexo I – Parâmetros de Uso e Ocupação do Solo, da Lei nº 1763, de 29.12.03, colocado em 2ª votação sendo aprovado por dez votos favoráveis dos vereadores Adriano Hamerschmidt, Elisia Martins, Sérgio A. Leoni, Alceu Hoffmann, Vilmar C. Fávaro, Dirceu R. Ferreira, João Renato Leal Afonso, Antonio Luiz Carlos Cavallini, Valentina da L. P. Batista e Osvaldo B. Camargo, contra um do Vereador José Luiz de Castro. José Luiz de Castro.

Constava em 1ª discussão o Anteprojeto de Lei nº 44, de autoria do Executivo, que autoriza o Poder Executivo a delimitar na área territorial do Município, zonas especiais de interesse social – ZEIS, o qual foi retirado do Ordem do Dia por falta de parecer.

Constava também em 1ª discussão o Anteprojeto de Lei nº 46, de autoria do Executivo Municipal, que altera o parágrafo 1º, do artigo 1º da Lei 1586/2001, que trata da licença especial sem vencimentos aos servidores, para o trato de assuntos particulares e dá outras providências, o qual foi retirado da Ordem do Dia por falta de parecer.

Nada mais constando na Ordem do Dia, passou-se a leitura dos requerimentos e indicações apresentados: Indicação do Vereador João Renato L. Afonso a empresa de Telefonia Pública Brasil Telecom solicitando providencias quanto ao abaixo-assinado solicitando a instalação de um telefone público na comunidade de Cabeçudos. Indicação do Vereador Dirceu R. Ferreira ao Deputado Federal Eduardo Sciarra, solicitando a inclusão de emenda no Orçamento Geral da União para o ano de 2005, verba no valor de R\$ 140.000,00 para a aquisição de uma patrulha mecanizada agrícola para a Associação de Carqueja. Indicação do Vereador Dirceu R. Ferreira ao Deputado Federal Airton Roveda, solicitando a inclusão de emenda no Orçamento Geral da União para o ano de 2005, verba no valor de R\$ 80.000,00 para a construção de um Posto de Saúde com serviços Odontológicos na comunidade do Canoeiro. Indicação do Vereador Dirceu R. Ferreira ao Deputado Federal Nelson Justus, solicitando a inclusão de emenda no Orçamento Geral da União para o ano de 2005, verba no valor de R\$ 40.000,00 para a aquisição de uma ambulância para o Distrito de Água Azul. Indicação do Vereador Dirceu R. Ferreira ao Deputado Federal Íris Simões, solicitando a inclusão de emenda no Orçamento Geral da União para o ano de 2005, verba no valor de R\$ 100.000,00 para a aquisição de um veículo Odonto-Movel para o Município da Lapa. Requerimento do Vereador Osvaldo B. Camargo para que seja inserido em ata Voto de Congratulações e Aplausos ao militar do 15º GAC-AP, Ricardo Mascarello pela aprovação no concurso da Escola de Sargentos das Armas. Requerimento do Vereador João Renato Leal Afonso para que seja inserido em ata Voto de Profundo Pesar pelo falecimento de Salete Pierin Campos. Requerimento verbal do Vereador Adriano Hamerschmidt para que seja inserido em ata Voto de Congratulação e Aplausos ao Tribunal Superior Eleitoral pelo aperfeiçoamento no sistema chamado SPCE que neste ano gerou qualidade de forma que facilitou a prestação de contas de campanha dos candidatos em dois mil e quatro.

[Handwritten signature]



Poder Legislativo do Município da Lapa *Estado do Paraná*

Ata n° 2.766

Fl. 12

Ninguém querendo colocar qualquer requerimento ou indicação em destaque, foram todos deferidos ficando à disposição dos Senhores Vereadores, juntamente com o Expediente, na Secretaria desta Casa.

Abrindo-se as inscrições para o Grande Expediente, inscreveram-se os Vereadores Marco Antonio Bortoletto e José Luiz de Castro.

O Presidente Marco Antonio Bortoletto passou a presidência da Sessão a Vice-Presidente Elisia Martins.

Com a palavra o Vereador Marco disse que essa votação da aprovação de cargos lhe tira um peso da cabeça porque de cinquenta ligações que recebe por dia, quase que a maioria são de pessoas pedindo a vaga de assessor parlamentar.

Solicitando um aparte o Vereador João Renato disse que dos vereadores que foram contra, gostaria de saber se fossem convidados para serem assessores continuariam sendo contra. Não citou isso antes para não gerar mais discussão, mas muitas pessoas às vezes agem por passionalismo. Isso os leva a pensar numa reforma política, porém antes uma reforma de consciência das pessoas.

Continuando o Vereador Marco disse que sendo esta uma Casa de Leis estão exercendo o verdadeiro poder da democracia e uma das atribuições dos Vereadores é a de fiscalizar o Executivo, sendo assim, devem estar em pleno contato com a imprensa e com pessoas com interesses na comunidade e discutirem os atos deste Poder. Analisaram que há uma sobra de quase cinquenta mil reais por mês que seria da Câmara por Lei e não tem como utilizar, então desta forma podem entrar em contato com a população interessada em aplicações na área de saúde e educação e os vereadores unidos cobrarem do Executivo e fiscalizar esse dinheiro. E já que a população achou por bem não contratar esses assessores, podem fiscalizar os assessores que desempenharão seus papeis dentro do Poder Executivo.

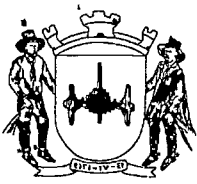
Solicitando um aparte o Vereador José Luiz disse que já que o orçamento não foi discutido nesta Sessão e há uma sobra de um milhão e duzentos do orçamento da Câmara, sugere que este dinheiro seja investido na Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente para ser aplicado em favor do homem do campo.

Continuando o Vereador Marco disse que sente apenas quanto ao cargo de Assessor econômico porque consta nesta Casa desde o ano que passou o Código Tributário do Município da Lapa discutido inúmeras vezes enquanto que seria um trabalho importante se aqui tivessem um assessor econômico para assessorar.

Solicitando um aparte o Vereador Adriano disse que a questão tributária diz respeito ao bolso dos cidadãos, onde realmente uma assessoria neste sentido ajudaria, porque qualquer medida do profissional na área muito colabora para o bom funcionamento. Na questão tributária um artigo que não é bem redigido pode reverter em prejuízos para a população, pois são tributos aplicados.

Solicitando também outro aparte o Vereador João Renato disse que o Código Tributário é de suma importância para o Município porque sabem que todos os impostos criados e aumentados em um ano só terão valor para o outro ano. Se criarem algum imposto que está previsto no Código Tributário ou se mudarem as alíquotas para maior ou menor, à partir de primeiro de janeiro obrigatoriamente por dispositivo da Lei de Responsabilidade Fiscal o Executivo Municipal terá que aplicar. Como o Vereador Adriano será o futuro Secretário de Finanças, sugere que ele pegue o Código Tributário leve ao conhecimento e análise por ser uma matéria que diz respeito à pasta dele. Pediu que o Presidente desta Casa despache essa documentação para conhecimento do futuro prefeito da Lapa.

11



Poder Legislativo do Município da Lapa

Estado do Paraná

Ata nº 2.766

Fl. 13

Continuando o Vereador Marco disse que o pedido do Vereador João Renato já foi tido entendimento com o Vereador Adriano, inclusive até do projeto que estima a receita e fixa a despesa e o Código Tributário. Todos estes projetos farão parte da Ordem do Dia da próxima Sessão.

Solicitando um aparte o Vereador Adriano disse querer que o Presidente desta Casa destituísse da Comissão de Posse dos novos vereadores, pois já estão trabalhando com relação a isso, para que pudesse ser substituído já que está sobrecarregado com outros projetos.

Continuando o Vereador Marco disse que essa Sessão foi de grande evolução tendo em vista que todos os municípios contam com assessores, já que pelo menos conseguiram colocar o projeto em discussão e participação da população.

A Vice-Presidente Elisia Martins devolveu a presidência da Sessão ao Presidente Marco Antonio Bortoletto.

Com a palavra o Vereador José Luiz disse querer apenas agradecer a presença do povo lapeano nesta Casa e a conscientização destas pessoas no sentido de ver e ouvir o que realmente passa nesta Casa, quanto ao posicionamento, palavras e gestos dos vereadores em determinados projetos que neste caso felizmente são polêmicos e que trouxe para esta Casa de Leis pessoas cultas e do mais alto quilates da sociedade lapeana, sendo muito diferente de uma outra manifestação que tiveram há quinze dias atrás. As pessoas que compareceram nesta Sessão são de seu alto grau de respeito e consideração. Finalizou convidando a todos os presentes a continuarem participando das Sessões, assim como a imprensa presente.

Abrindo-se as inscrições para Lideranças Partidárias, nenhum líder se manifestou.

Mais ninguém inscrito passou-se as Comunicações Parlamentares, onde não houve manifestações.

Nada mais a tratar o Senhor Presidente encerrou a Sessão agradecendo a presença dos visitantes, bem como dos Senhores Vereadores, convocando-os para a próxima Sessão Ordinária a se realizar no dia 30 de novembro de 2004, á hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia:

1ª Discussão do Anteprojeto de Lei nº 45/2003 de autoria do Executivo Municipal que Dispõe sobre o Código de Obras do Município de Lapa e dá outras providências.

1ª Discussão do Anteprojeto de Lei nº 60/2003 de autoria do Executivo Municipal que Institui o novo Código Tributário do Município da Lapa e dá outras providências.

1ª Discussão do anteprojeto de Lei nº 37, de autoria do Executivo Municipal, que estima a receita e fixa a despesa do Município da Lapa para o Exercício Financeiro de 2005.

1ª Discussão do anteprojeto de Lei nº 44, de autoria do Executivo Municipal, que autoriza o Poder Executivo a delimitar na área territorial do Município, Zonas Especiais de Interesse Social – ZEIS, e dá outras providências.

1ª Discussão do anteprojeto de Lei nº 46, de autoria do Executivo Municipal, que altera o § 1º, do artigo 1º da Lei 1586/2001, que trata da licença especial sem vencimentos aos servidores, para o trato de assuntos particulares e dá outras providências.

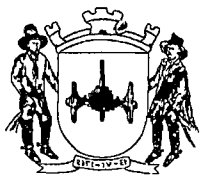
1ª Discussão do anteprojeto de Lei nº 48, de autoria do Executivo Municipal, que dispõe sobre a criação do Bombeiro Comunitário do Município da Lapa.

1ª Discussão do anteprojeto de Lei nº 49, de autoria do Executivo Municipal, que dispõe sobre a criação da taxa de combate a incêndios a ser cobrada no âmbito do Município da Lapa-Pr.

1ª Discussão do Anteprojeto de Lei nº 50/2004, de autoria do Executivo Municipal, que autoriza o Poder Executivo a ceder ao Colégio Agrícola da Lapa, bens móveis que especifica e dá outras providências.

M

AL



Poder Legislativo do Município da Lapa

Estado do Paraná

Ata nº 2.766

Fl. 14

1ª Discussão do Anteprojeto de Lei nº 15/2004, de autoria do Vereador Osvaldo Benedito Camargo, que denomina de Antonio Bueno Filho a cancha poliesportiva da localidade de São Bento, neste Município.

1ª Discussão do projeto de Decreto Legislativo nº 23, que referenda convênio celebrado entre o Município da Lapa e a Fundação Criança Renal.

Em tempo, ressalva do Vereador Cavalini, na folha quatro, linha dez, onde lê-se "...nunca prestou contas. Dentro...", leia-se "...nunca prestou contas em separado. Dentro...". Mesma folha, linha vinte e seis, onde lê-se "...isto. No me de maio...", leia-se "...isto. No mês de maio...". Ainda na mesma folha quatro, linha trinta e nove, onde lê-se "...etiologia de degradar...", leia-se "...etologia de degradar...".

Sendo o que tinha para constar, após lida e aprovada, será a presente ata por todos os Vereadores assinada.

Osvaldo B. Camargo

Alcivalino
Dirceu B. Ferreira

Osvaldo Camargo
Osvaldo Camargo
Alcivalino

Valéria P. Brito